

# TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal  
sobre as desigualdades  
de cor ou raça e gênero no mercado de  
trabalho metropolitano brasileiro

**Ano IV; Vol. 4; nº 1, janeiro, 2012**

(A variável cor nas estatísticas do Ministério do Trabalho e  
Emprego, Parte II, comparando a PNAD com a RAIS)

**ISSN 2177-3955**

## Sumário

1. Apresentação
2. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
3. Evolução da taxa de desemprego aberto
4. A variável cor nas estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), comparação entre a RAIS e a PNAD.

### 1. Apresentação

Com o presente número, está se dando a 27ª edição do boletim eletrônico "Tempo em Curso". Os indicadores que formam esta publicação se baseiam nos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados "Tempo em Curso".

O "Tempo em Curso" se dedica à análise da evolução do rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras cobertas pela PME. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul, estas RMs são as seguintes: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

A presente edição dialoga com a evolução dos indicadores de rendimento e desemprego dentro do intervalo de tempo compreendido entre novembro de 2010 e novembro de 2011, valendo lembrar ser esse o mês no qual se comemora o Dia da Consciência Negra.

Aqueles dados foram divulgados pelo IBGE em dezembro de 2011, que comumente o faz justamente com um mês de defasagem. Infelizmente, no mês de fevereiro, o portal do **LAESER** sofreu uma grave pane que levou a uma temporária interrupção de algumas atividades.

Além dos comentários sobre os temas mencionados no parágrafo anterior, o número atual do "Tempo em Curso" dá continuidade ao estudo especial que vem sendo realizado pelo **LAESER** que compara o comportamento das desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho nas estatísticas do IBGE com as do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assim, na edição de dezembro foram abordados aspectos conceituais entre uma e outra fonte de informações, naquilo que foi identificado como análise dos metadados.

Nessa edição, haverá um aprofundamento do debate anterior com uma análise comparativa do comportamento dos indicadores dos grupos de cor ou raça, tais como presentes nas estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e da Relação Anual de Informações Setoriais (RAIS), do MTE.

### 2. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela 1)

Em novembro de 2011, o rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido pela População Economicamente Ativa (PEA) de ambos os sexos residentes das seis maiores RMs brasileiras foi igual a R\$ 1.623,43. Em relação a outubro do mesmo ano, o indicador se manteve praticamente o mesmo, observando

**Tabela 1. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, nov / 10 – nov / 11 (em R\$, nov / 11 - INPC)**

	2010		2011										
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
<b>Homens Brancos</b>	2.310,78	2.341,31	2.371,45	2.372,13	2.408,13	2.325,17	2.347,58	2.336,38	2.395,85	2.396,20	2.344,01	2.338,02	2.299,56
<b>Mulheres Brancas</b>	1.701,94	1.639,19	1.652,81	1.652,29	1.667,33	1.659,29	1.671,37	1.665,58	1.691,75	1.684,03	1.652,74	1.669,67	1.670,76
<b>Brancos</b>	<b>2.032,86</b>	<b>2.017,73</b>	<b>2.037,72</b>	<b>2.043,56</b>	<b>2.067,85</b>	<b>2.018,78</b>	<b>2.037,62</b>	<b>2.026,96</b>	<b>2.071,72</b>	<b>2.067,83</b>	<b>2.024,03</b>	<b>2.026,09</b>	<b>2.006,84</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	1.258,85	1.252,37	1.249,04	1.246,70	1.225,35	1.202,66	1.216,59	1.228,30	1.259,71	1.283,62	1.266,54	1.272,50	1.312,73
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	901,61	913,70	915,95	900,97	892,05	888,79	886,53	887,15	910,19	932,61	914,54	940,99	951,49
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>1.100,44</b>	<b>1.101,87</b>	<b>1.101,90</b>	<b>1.094,64</b>	<b>1.077,22</b>	<b>1.063,05</b>	<b>1.070,94</b>	<b>1.078,83</b>	<b>1.105,58</b>	<b>1.130,62</b>	<b>1.112,12</b>	<b>1.126,59</b>	<b>1.154,19</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.612,26</b>	<b>1.600,38</b>	<b>1.608,33</b>	<b>1.600,88</b>	<b>1.609,29</b>	<b>1.580,17</b>	<b>1.598,49</b>	<b>1.607,07</b>	<b>1.642,70</b>	<b>1.651,43</b>	<b>1.621,48</b>	<b>1.621,24</b>	<b>1.623,43</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

ligeira elevação de 0,1%. Já em comparação com novembro de 2010, o rendimento real elevou-se em 0,7%.

Em novembro de 2011, o rendimento da PEA branca de ambos os sexos foi de R\$ 2.006,84, enquanto o rendimento da PEA preta & parda de ambos os sexos para o mesmo mês foi de R\$ 1.154,19.

Comparativamente a outubro do mesmo ano, o rendimento da PEA branca de ambos os sexos se reduziu em 1,0%. Por outro lado, o mesmo indicador para a PEA preta & parda, no mesmo período, aumentou em 2,4%. Em relação a novembro de 2010, o rendimento da PEA branca de ambos os sexos caiu 1,3%. Já o rendimento médio da PEA preta & parda de ambos os sexos se elevou em 4,9%.

Desagregando-se as informações acima pelos grupos de sexo, notou-se que o rendimento médio recebido pela PEA branca masculina em novembro de 2011 foi igual a R\$ 2.299,56. Na comparação com outubro do mesmo ano, observou-se queda no indicador em 1,6%. Em relação a novembro de 2010, também se verificou redução do rendimento em 0,5%.

O rendimento médio do trabalho principal da PEA masculina preta & parda foi de R\$ 1.312,73, em novembro de 2011. Tal valor representou um aumento no indicador de 3,2% em comparação com o mês de outubro do mesmo ano. Em relação a novembro de 2010, ocorreu elevação de 4,3% no rendimento dos homens deste grupo de cor ou raça.

Em novembro de 2011, a PEA branca do sexo feminino recebia um rendimento médio de R\$ 1.670,76. Comparado a outubro de 2011, esse valor representou um ligeiro aumento de 0,1%. Contudo, em relação a novembro de 2010, o indicador desse grupo de cor ou raça e sexo percebeu queda de 1,8%.

O rendimento médio auferido pela PEA preta & parda feminina foi igual a R\$ 951,49, em novembro de 2011. Ou seja, dos grupos de cor ou raça analisados pelo "Tempo em Curso", esse contingente era o único que não lograva obter rendimentos habituais médios superiores a R\$ 1 mil. Comparando o rendimento da PEA preta & parda do sexo feminino em novembro de 2011 com o valor da remuneração em outubro desse mesmo ano, houve aumento de 1,1% no indicador. Em relação a novembro do ano anterior, o rendimento das mulheres deste grupo de cor ou raça se elevou em 5,5%.

O rendimento médio do trabalho principal da PEA branca de ambos os sexos apresentou-se 73,9% superior ao da PEA preta & parda de ambos os sexos, em novembro de 2011. Em relação a outubro do mesmo ano, houve queda das assimetrias de cor ou raça em expressivos 6,0 pontos percentuais. Na comparação com novembro do ano anterior, ocorreu uma queda ainda maior nas desigualdades: 10,9 pontos percentuais.

Em novembro de 2011, os trabalhadores brancos do sexo masculino obtiveram rendimentos habituais médios 75,2% superiores aos dos trabalhadores pretos & pardos do mesmo grupo de gênero. Em relação a outubro do mesmo ano, ocorreu queda das desigualdades de cor ou raça em 8,6 pontos percentuais. Também houve queda das assimetrias referencialmente a novembro do ano anterior na ordem de 8,4 pontos percentuais.

Em relação às trabalhadoras, em novembro de 2011, as assimetrias de rendimento entre as mulheres brancas e as mulheres pretas & pardas foram de 75,6%, favoravelmente às trabalhadoras brancas. Na comparação com outubro de 2011, as desigualdades de cor ou raça declinaram em 1,8 pontos percentuais. Já entre novembro de 2010 e de 2011, tais assimetrias se reduziram de maneira mais significativa: 13,2 pontos percentuais.

O rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino apresentou-se 141,7% maior do que o das trabalhadoras pretas & pardas em novembro de 2011. Já indicador das trabalhadoras brancas foi 27,3% superior ao rendimento dos trabalhadores pretos e pardos do sexo masculino.

### **3. Evolução da taxa de desemprego aberto (tabela 2)**

Em novembro de 2011, a taxa de desemprego aberto da PEA de ambos os sexos residente nas seis maiores RMs brasileiras foi igual a 5,2%. Comparativamente a outubro do mesmo ano, a taxa de desemprego obteve queda de 0,6 ponto percentual. Em relação a novembro de 2010, a redução no indicador foi de 0,5 ponto percentual. Na verdade, em novembro de 2011 foi observada a menor taxa de desemprego no intervalo de um ano.

Em novembro de 2011, a taxa de desemprego aberto da PEA de cor ou raça branca de ambos os sexos foi de 4,2%. Na comparação ao verificado em outubro do mesmo ano, tal indicador apresentou-se 0,6 ponto percentual inferior. Na comparação com novembro de

**Tabela 2. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, nov / 10 – nov / 11 (em % da PEA)**

	2010		2011										
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
<b>Homens Brancos</b>	3,8	3,5	4,4	4,6	4,4	4,3	4,2	4,4	4,1	4,1	3,9	3,8	3,4
<b>Mulheres Brancas</b>	5,8	5,5	5,9	6,4	6,8	6,9	6,8	6,4	6,3	6,3	6,2	6,0	5,2
<b>Brancos</b>	<b>4,7</b>	<b>4,4</b>	<b>5,1</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>5,5</b>	<b>5,4</b>	<b>5,3</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>	<b>4,8</b>	<b>4,2</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	4,9	4,7	5,2	5,7	5,7	5,8	5,8	5,6	5,5	5,3	5,6	5,3	4,5
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	9,3	8,2	9,4	9,5	9,8	9,4	9,5	9,2	9,1	9,3	9,3	8,8	8,6
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>6,9</b>	<b>6,3</b>	<b>7,1</b>	<b>7,4</b>	<b>7,6</b>	<b>7,5</b>	<b>7,5</b>	<b>7,2</b>	<b>7,1</b>	<b>7,1</b>	<b>7,3</b>	<b>6,9</b>	<b>6,3</b>
<b>PEA Total</b>	<b>5,7</b>	<b>5,3</b>	<b>6,1</b>	<b>6,4</b>	<b>6,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>6,2</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>	<b>5,8</b>	<b>5,2</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

2010, a taxa de desemprego também experimentou queda da magnitude de 0,5 ponto percentual.

No caso da PEA de cor ou raça preta & parda, em novembro de 2011, a taxa de desemprego aberto foi de 6,3%. Em relação a outubro do mesmo ano, observou-se uma redução de 0,5 ponto percentual no indicador. Na comparação com novembro de 2010, igualmente, mais uma vez verificou-se queda na taxa de desemprego aberto dos trabalhadores pretos & pardos: 0,6 ponto percentual.

Desagregando a taxa de desemprego aberto pelos grupos de sexo, notou-se que, em novembro de 2011, a taxa de desemprego dos homens brancos foi de 3,4%. Referencialmente a outubro do mesmo ano, houve queda no indicador em 0,4 ponto percentual. Esse também foi o exato valor na redução da taxa de desemprego aberto desse grupo na comparação com novembro de 2010.

Em novembro de 2011, a PEA preta & parda masculina apresentou taxa de desemprego aberto de 4,5%. Houve, portanto, queda de 0,8 ponto percentual no indicador em relação a outubro do mesmo ano. Na comparação com novembro de 2010, a taxa de desemprego aberto dos homens pretos & pardos declinou 0,4 ponto percentual.

As trabalhadoras brancas experimentaram taxa de desemprego aberto de 5,2%, em novembro de 2011. Tal valor relativo representou redução de 0,8 ponto percentual no indicador em relação a outubro de 2011 e de 0,6 ponto percentual quando referenciado a novembro de 2010.

Em novembro de 2011, verificou-se uma taxa de desemprego aberto de 8,6% para o grupo das trabalha-

doras pretas & pardas. Na comparação com outubro do mesmo ano, houve queda no indicador desse grupo na ordem de 0,2 ponto percentual. Entre novembro de 2011 e de 2010, a taxa de desemprego aberto das mulheres pretas & pardas declinou 0,7 ponto percentual.

Em geral, em novembro de 2011, a taxa de desemprego aberto dos grupos de cor ou raça e sexo acompanhou o movimento da PEA residente nas seis maiores RMs como um todo. Assim, em geral, o indicador naquele mês, comparado aos doze meses anteriores, foi o menor entre todos os grupos de cor ou raça e sexo. As exceções ficaram por conta da taxa de desemprego da PEA preta & parda de ambos os sexos e da PEA preta & parda feminina.

No primeiro caso, em novembro de 2011, a taxa de desemprego aberto da PEA preta & parda de ambos os sexos ficou igual a de dezembro de 2010. No segundo caso, das trabalhadoras pretas & pardas, o indicador em novembro de 2011 foi maior que o verificado em dezembro de 2010 (8,2%). Também deve-se salientar que a taxa de desemprego aberto das pessoas integrantes desse último grupo, mais uma vez, apresentou-se, em novembro de 2011, superior à dos demais grupos.

#### **4. A variável cor nas estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), comparação entre a RAIS e a PNAD.**

##### **4.a. Comentários gerais (gráfico 1)**

Na edição de dezembro de 2011 do “Tempo em Curso”, foram observadas as semelhanças e as diferenças entre

as bases de dados do MTE e as do IBGE no que tange aos indicadores do mercado de trabalho e a forma pela qual mensuram a variável cor ou raça. Na presente edição, será feita uma análise específica sobre uma das fontes de informações estatísticas provenientes de cada um daqueles órgãos: a RAIS e a PNAD.

A respeito dessa comparação, cabem alguns apontamentos iniciais. Essas questões vão além das já indicadas na edição anterior do “Tempo em Curso”, quando foi feita a comparação entre as diferentes fontes.

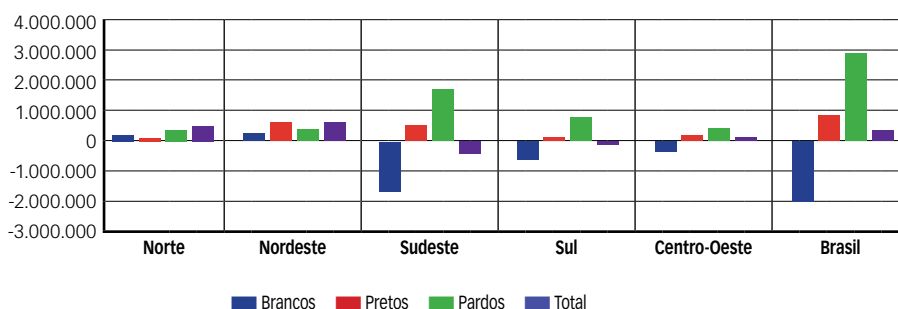
Primeiramente, o período de cobertura da RAIS e da PNAD não são os mesmos. Assim, a primeira base tem como período de referência o último dia de dezembro, ao passo que a base de dados do IBGE, em específico, tem por período de referência o mês de setembro.

Na presente edição do “Tempo em Curso”, com uma única exceção, as análises se limitaram ao ano 2009. A escolha desse ano se deu por conta de ter sido o último da década passada na qual a PNAD foi realizada. Na presente década, o IBGE ainda não divulgou os dados da PNAD 2011. No momento em que esse estudo foi realizado, o IBGE também não havia liberado os dados do Censo demográfico de 2010. Com isso, a melhor base de dados do IBGE para ser utilizada para fins de comparação seria justamente a PNAD de 2009. E esse limite determinou, igualmente, que a RAIS a ser analisada fosse a desse mesmo ano. Com isso, se garantiu a melhor comparabilidade entre as respectivas fontes.

Em ambas bases de dados foram selecionados os trabalhadores com vínculos celetistas com seus empregadores, com exceção dos que foram declarados como ocupados no emprego doméstico<sup>1</sup>.

Também não foram incluídos os trabalhadores ocupados como empregados para o Estado na condição de estatutários ou militares. Nesse caso, o que justificou a não

**Gráfico 1. Diferença entre número de trabalhadores celetistas segundo as bases de dados da PNAD e da RAIS de acordo com os grupos de cor ou raça selecionados (em número de trabalhadores celetistas)**



Fonte: "IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa x-olap). Tabulações LAESER. Nota: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico."

inclusão foi o elevado percentual de trabalhadores nessa condição que não tiveram sua Raça/Cor declarada. Por exemplo, em 2009, esse percentual chegou a 93,2%, contra uma média de 4,5% dos trabalhadores regidos pela CLT (os celetistas). De qualquer maneira, o mesmo procedimento não foi adotado para os empregados do Estado na condição de celetistas, condição na qual a omissão de registros da informação sobre a Raça/Cor dos funcionários, embora superior ao que ocorria no setor privado, não chegava a níveis tão acentuados.

Cabe salientar que em 2009, considerando o conjunto de celetistas, havia uma grande proximidade entre os dados da RAIS e da PNAD em termos do número total de trabalhadores de ambos os sexos nessa condição. Assim, a amostra expandida da PNAD gerou um número de cerca 32,4 milhões de trabalhadores celetistas. Já o registro da RAIS conteve cerca de 32,1 milhões de celetistas, já excluídas as categorias apontadas nos parágrafos anteriores, perfazendo uma diferença de cerca de 228 mil trabalhadores empregados com carteira assinada.

Nas grandes regiões, a PNAD, comparativamente à RAIS, indicava uma maior quantidade de trabalhadores celetistas no Norte (cerca de 207 mil pessoas), Nordeste (cerca de 307,6 mil pessoas) e Centro-Oeste cerca de 11 mil pessoas). Já no Sudeste e no Sul ocorria o contrário com a RAIS, comparativamente à PNAD, gerando, no primeiro caso, um número ex-

<sup>1</sup> Na verdade, na última edição do “Tempo em Curso” se mencionou que a RAIS não engloba os empregados domésticos regidos pela lei 11.324. E, de fato, legalmente, o empregador de empregado doméstico está dispensado de entregar os dados desse trabalhador ao MTE. Contudo, nessa mesma base, em 2009, foram listados 13.202 trabalhadores justamente como domésticos, estando em todos os casos regidos por uma legislação diferente da que trata do emprego doméstico. Daqueles, 78,5% eram “Trabalhadores urbanos vinculados a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado”. Poderia ser o caso, por exemplo, de um trabalhador com carteira assinada de um condomínio trabalhando, porém, para um único condômino. Seja como for, até mesmo considerando o presente esforço comparativo com os dados da PNAD (no qual a categoria do emprego doméstico com carteira aparece com razoável frequência), o baixo número de trabalhadores encontrados naquela situação no interior da RAIS não justificaria sua inclusão na presente análise.

cedente de cerca de 231 mil pessoas, e, no segundo caso, de 66,6 mil.

Dada a riqueza de informações contida em ambas as fontes, certamente haveria uma infundável relação de indicadores sociais que poderiam ser comparados, o que seria inviável posto os limites de tamanho dessa publicação. Nesse sentido, procurou-se identificar algumas das informações possivelmente mais representativas sobre o tema, não apenas do mercado de trabalho, mas, igualmente, para a análise das assimetrias de cor ou raça presentes no mercado daquele fator.

Os indicadores que serão comentados a seguir são: i) evolução da composição de cor ou raça dos empregados com carteira assinada no Brasil entre 2007 e 2009; ii) composição de cor ou raça da população ocupada com carteira assinada entre grandes regiões geográficas e as unidades da Federação; iii) distribuição da população empregada com carteira assinada, segundo os grupos de cor ou raça, entre as regiões geográficas e as unidades da Federação; iv) população empregada com carteira assinada, segundo os grupos de cor ou raça, distribuída por setor de atividade econômica; v) composição de cor ou raça da população empregada com carteira assinada segundo setor de atividade econômica; e, vi) rendimento do trabalho da população ocupada com carteira assinada.

Como o objetivo do presente estudo é o de se analisar a qualidade das bases de informações sobre a variável cor ou raça na RAIS, se utilizará a PNAD não apenas como uma base de comparação, mas, antes, de validação. Ou seja, já existe um amplo consenso no meio acadêmico brasileiro sobre a qualidade das informações provenientes dessa última fonte, aplicando-se aqui especial destaque tanto ao que tange aos indicadores do mercado de trabalho, quanto ao que diz respeito à variável cor ou raça. Portanto, o presente exercício assumiu a PNAD como referência, procurando entender o comportamento da RAIS justamente a partir de sua maior proximidade ou distanciamento em relação àquela fonte de informações estatísticas.

Vale finalmente lembrar que a terminologia que se usará para análise dos grupos em cada base obedecerá o modo pelo qual aparecem em cada uma delas: Raça/Cor, na RAIS, cor ou raça, na PNAD. Quando a análise não se referir a nenhuma dessas fontes, se preferirá o termo usualmente empregado pelo IBGE (cor ou raça).

#### **4.b. A variável Raça /Cor na RAIS entre 2007 e 2009 (tabela 3, gráfico 1)**

No ano de 2009, considerando a população ocupada com carteira assinada de ambos os sexos, o percentual de não declaração da variável Raça/Cor na RAIS chegava a 4,5% do total de registros<sup>2</sup>. Na verdade, desde 2007, veio ocorrendo uma elevação no percentual de trabalhadores que não tiveram essa informação enviada para o MTE. Assim, em 2007, o percentual de não declaração foi de 3,4%, e, em 2008, de 3,9%.

Desagregando a informação acima pelos grupos de sexo, não se verificou nenhum viés específico para um maior peso das omissões de registro da variável Raça/Cor entre homens e mulheres. Assim, por exemplo, em 2009, a ausência de informações sobre esse quesito envolveu 4,5%, dos homens, e, 4,4%, das mulheres<sup>3</sup>.

O ligeiro crescimento observado entre 2007 e 2009 da ausência de informações sobre a variável Raça/Cor na RAIS talvez reflita a insuficiência de campanhas públicas de esclarecimento da importância da coleta dessa informação por parte das autoridades do MTE. Mas, de qualquer forma, o percentual de não declaração da variável Raça/Cor, ao menos em um primeiro olhar, parece plenamente aceitável para finalidades de estudos estatísticos. Todavia, aquela questão apenas responde em parte aos problemas da consistência da base de dados da RAIS para o estudo do comportamento dos indicadores do mercado de trabalho para os trabalhadores dos diferentes grupos de Raça/Cor.

Conforme mencionado na edição anterior do “Tempo em Curso”, seria de se esperar que nas fontes do MTE, comparativamente às do IBGE, os brancos aparecessem em maior proporção. E de fato, na RAIS, os que fo-

<sup>2</sup> O indicador de não declaração de cor ou raça agrupa os registros com a descrição “Não informado” com as informações simplesmente não assinaladas pelo empregador. Em caso de dúvidas, ver a edição de dezembro de 2011 do “Tempo em Curso”

<sup>3</sup> Esse indicador foi baseado nas informações contidas na tabela 3. Assim, para se chegar nessa conta, dentro de cada ano, deve-se dividir o peso relativo de cada grupo de Raça/Cor e sexo pelo peso relativo do somatório de cada grupo de sexo no total. Por exemplo, o peso relativo dos homens de cor ignorada, no interior da RAIS, no ano de 2009, foi de 4,5%. Para se saber o peso relativo que esse grupo tem dentro do grupo masculino como um todo se operou a divisão desse valor por 63%, que vem a ser o peso relativo dos homens dentro da RAIS naquele mesmo ano. Com isso, na RAIS-2009, o peso relativo de trabalhadores de cor ignorada do sexo masculino sobre o total de trabalhadores do sexo masculino foi aquele mencionado. Daí, é só seguir o raciocínio para os outros grupos, anos e bases de informações.



**Tabela 3. População ocupada com carteira assinada de acordo com a PNAD-IBGE e RAIS-MTE, segundo participação relativa dos grupos de cor ou raça e sexo, Brasil, 2007-2009 (em %)**

		PNAD			RAIS		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009
Homens	Branca	33,9	32,9	32,8	39,3	38,2	37,1
	Preta	5,8	5,4	5,4	3,7	3,7	3,6
	Parda	24,0	25,2	25,1	18,1	18,4	18,8
	Amarela	0,3	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5
	Indígena	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
	Sem declaração de raça / cor ou ignorada	0,0	0,0	0,0	2,2	2,5	2,8
	<b>Total</b>	<b>64,2</b>	<b>64,1</b>	<b>63,7</b>	<b>64,0</b>	<b>63,4</b>	<b>63,0</b>
Mulheres	Branca	22,0	21,5	21,8	24,4	24,3	24,1
	Preta	2,5	2,4	2,4	1,5	1,6	1,6
	Parda	11,0	11,7	11,8	8,5	8,9	9,3
	Amarela	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
	Indígena	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	Sem declaração de raça / cor ou ignorada	0,0	0,0	0,0	1,2	1,4	1,6
	<b>Total</b>	<b>35,8</b>	<b>35,9</b>	<b>36,3</b>	<b>36,0</b>	<b>36,6</b>	<b>37,0</b>
Ambos os sexos	Branca	55,9	54,5	54,7	63,6	62,5	61,2
	Preta	8,3	7,8	7,8	5,3	5,3	5,2
	Parda	35,0	36,9	36,9	26,6	27,3	28,1
	Amarela	0,5	0,6	0,4	0,8	0,8	0,7
	Indígena	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
	Sem declaração de raça / cor ou ignorada	0,0	0,0	0,0	3,4	3,9	4,5
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa X-Olap). Tabulações LAESER

Nota 1: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico.

Nota 2: na PNAD, a temporalidade dos indicadores corresponde ao mês de setembro. Na RAIS, foram selecionados os empregados em 31/12.

Nota 3: o total também inclui a participação dos trabalhadores celetistas que foram declarados amarelos e indígenas

diferença do peso relativo dos trabalhadores com carteira assinada de Raça/Cor branca na RAIS (58,9%) foi 7,3 pontos percentuais superior ao mesmo indicador na PNAD (51,6%). No caso da população feminina igualmente verificou-se essa discrepância que, porém, foi um pouco menor. Assim, se na RAIS as mulheres brancas responderam por 65,2%, na PNAD, essa proporção foi de 60,0% (diferença de 5,2 pontos percentuais). (a respeito de como esse indicador foi gerado, ver nota de rodapé 3).

No gráfico 1, conforme já comentado acima, também podem ser vistas as diferenças entre o número de trabalhadores celetistas segundo as bases de dados da PNAD e da RAIS. Vale atentar que as barras do gráfico foram geradas pela subtração da primeira base pela segunda. Assim, os números foram positivos quando o número de trabalhadores computados na PNAD foi maior que na RAIS e vice-versa.

A PNAD de 2009, comparativamente à RAIS do mesmo ano, refletiu um número de trabalhadores brancos inferior, na ordem de quase 2 milhões de pessoas. Já no caso dos pretos & pardos, ocorria o inverso com a

PNAD, comparativamente à RAIS, tendo gerado um número superior de trabalhadores celetistas, na ordem de quase 3,8 milhões de pessoas.

Quando se analisou os trabalhadores brancos empregados com carteira assinada, observou-se que, no Norte e no Nordeste, o número de celetistas foi inferior na PNAD em relação à RAIS, em cerca de 220 mil pessoas. Porém, nas demais regiões, o número de trabalhadores desse grupo de cor ou raça encontrado na RAIS excedia o número da PNAD em cerca de 1,6 milhões de trabalhadores, no Sudeste; em cerca de 432 mil pessoas, no Sul; e em cerca de 187 mil pessoas, no Centro-Oeste.

No grupo dos trabalhadores pretos & pardos, em todas as regiões do país, o número que era encontrado na amostra expandida da PNAD superava o número de re-

ram classificados como brancos aparecem com maior peso do que na PNAD. Assim, no ano de 2009, 61,2% da população ocupada de ambos os sexos com carteira assinada era branca. Esse percentual, na PNAD, naquele mesmo ano, foi de 54,7%. Ou seja, nesse último caso, o peso relativo dos brancos celetistas era 6,6 pontos percentuais inferior. Vale observar que com, com alguma pequena nuance, esse viés igualmente se faria presente nos anos de 2007 e 2008.

O perfil proporcionalmente mais branco da RAIS, comparativamente à PNAD, igualmente se manifestou ao se proceder à desagregação das informações pelos grupos de sexo.

Foi na população masculina onde se encontrou as maiores discrepâncias. Por exemplo, no ano de 2009, a

gistros encontrados na RAIS. Assim, essa diferença era de cerca de 212 mil pessoas, no Norte; de cerca de 491 mil pessoas, no Nordeste; de quase 2 milhões de pessoas, no Sudeste; de cerca de 729 mil pessoas, no Sul; e de cerca de 332 mil pessoas no Centro-Oeste. Vale salientar que esse perfil era igualmente encontrado quando se desagregava o grupo dos pretos e dos pardos.

Esse conjunto de informações evidencia que a base da RAIS está sujeita a um efeito branqueador, fenômeno marcadamente encontrado nas regiões centro-meridionais do país. A questão agora passa a ser até que ponto tal lacuna afeta a qualidade do conjunto das informações contidas naquela fonte de dados estatísticos.

#### **4.c. Distribuição dos grupos de Raça/Cor pelas unidades da Federação (tabelas 4 e 5)**

Na presente subseção, será vista a qualidade da variável Raça/Cor nas unidades da Federação. A análise mais uma vez cobrirá somente o ano de 2009.

Iniciando o estudo pelas grandes regiões geográficas do país, se observou que o Sul (6,3%) era onde se encontrava o maior percentual de sub-registros da variável Raça/Cor na RAIS. Em seguida, vinham as regiões Nordeste (5,7%), Norte (5,2%), Centro-Oeste (4,9%) e Sudeste (3,4%).

Ao se proceder a mesma análise pelas unidades da Federação, observou-se que o estado do Acre (16,3%) foi onde se encontrou a maior proporção de ausência de informações sobre a variável Raça/Cor na RAIS. Em seguida, apareciam o Rio Grande do Norte (14,2%), Santa Catarina (9,6%) e o Amapá (8,5%).

Das unidades da Federação cujas RMs são analisadas no "Tempo em Curso", os maiores percentuais de sub-registro, em ordem decrescente foram: Bahia (6,8%), Pernambuco (4,8%), Rio Grande do Sul (4,6%), São Paulo (3,5%), Minas Gerais (3,4%) e Rio de Janeiro (3,3%).

Ao se analisar os dados da composição de cor ou raça nas bases de dados da PNAD e da RAIS, observou-se que os trabalhadores celetistas brancos apareciam com um peso relativo de 61,2%, na primeira fonte de informações, e de 54,7%, na segunda fonte, correspondendo a uma diferença de 6,6 pontos percentuais.

Contudo, quando se analisa o peso relativo dos trabalhadores empregados com carteira segundo os grupos de Raça/Cor dentro das Unidades da Federação nas duas

fontes, se observa que nem sempre ocorre um viés branqueador. Pelo contrário, a informação chega a surpreender pelo fato de que na maioria dos estados ocorria justamente o contrário. Assim, no ano de 2009, o peso relativo dos brancos na RAIS foi inferior ao seu peso na PNAD em 16 unidades da Federação. Ou seja, somente em 11 unidades da Federação o peso relativo dos brancos, na RAIS, apresentou-se superior ao da PNAD.

Os trabalhadores empregados com carteira assinada que eram brancos estavam sub-representados na RAIS, vis-à-vis à PNAD, no Nordeste (com um peso relativo inferior em 1,9 pontos percentuais) e no Norte (com um peso relativo inferior em 1,0 ponto percentual). Já no Sudeste, a sobre-representação dos brancos era de 8,0 pontos percentuais; no Centro-Oeste, de 8,1; e no Sul, de 6,5 pontos percentuais.

Portanto, no plano nacional, os brancos apareciam mais que representados na RAIS, comparativamente ao peso relativo que apresentam na PNAD, pelo fato de que os estados nos quais ocorria aquela sobre-representação eram justamente os mais populosos. Ademais, nas regiões onde havia sub-representação, isso ocorria com uma intensidade menor do que nas regiões onde acontecia o contrário, isto é, a sobre-representação.

Da análise da base de dados da RAIS, em comparação com a PNAD, os pretos & pardos apresentam peso relativo inferior no interior da população celetista em todo o país. Assim, na primeira fonte, o peso relativo dos trabalhadores desse grupo foi de 33,3%, ao passo que na segunda base a participação era de 44,7%. Ou seja, a diferença nos pesos relativos da participação relativa dos pretos & pardos na população empregada com carteira assinada chegava a mais de 11 pontos percentuais.

Aquela diferença se fazia presente em todas as regiões do país. Assim, na região Norte, o peso dos pretos & pardos na população celetista foi de 68,4%, ao passo que na PNAD foi de 73,0%. No Nordeste, a mesma diferença, respectivamente, foi de 63,4% e 69,0%. Contudo, eram nas regiões centro-meridionais onde se encontravam as maiores diferenças nos resultados gerados através de uma base e da outra. Assim, segundo a RAIS, o peso relativo dos pretos & pardos nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste era, respectivamente, de 29,2%, 8,3% e 43,6%. Já segundo a PNAD, nas mesmas três regiões correspondentes, o peso relativo dos pretos & pardos era de 41,0%, 20,9% e de 57,4%.



**Tabela 4. População ocupada com carteira assinada de acordo com a PNAD-IBGE e RAIS-MTE, segundo participação relativa dos grupos de cor ou raça selecionados, Unidades da Federação, Grandes Regiões, Brasil, 2009 (em %)**

Unidade da Federação/Grande Região	Brancos		Pretos		Pardos		Pretos & Pardos		Raça/cor ignorada	Total	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	RAIS	PNAD	RAIS
Rondônia	32,8	38,7	9,1	3,5	57,2	48,8	66,3	52,4	6,7	99,1	97,8
Acre	27,9	21,3	5,4	2,2	66,5	58,8	71,9	61,0	16,3	99,8	98,6
Amazonas	24,6	21,4	2,1	1,6	73,2	71,8	75,2	73,3	3,3	99,8	98,1
Roraima	29,3	26,7	6,2	3,1	64,0	63,2	70,3	66,4	5,7	99,5	98,7
Pará	24,9	22,0	6,6	3,8	68,1	69,2	74,7	73,1	3,6	99,7	98,7
Amapá	29,6	19,4	7,3	3,2	62,2	67,9	69,5	71,1	8,5	99,1	99,0
Tocantins	28,6	27,5	8,2	5,1	63,2	56,4	71,4	61,5	8,1	100,0	97,2
<b>Norte</b>	<b>26,6</b>	<b>24,7</b>	<b>5,8</b>	<b>3,2</b>	<b>67,2</b>	<b>65,2</b>	<b>73,0</b>	<b>68,4</b>	<b>5,2</b>	<b>99,6</b>	<b>98,3</b>
Maranhão	28,5	26,5	12,7	6,5	58,4	61,5	71,1	68,0	3,7	99,6	98,2
Piauí	32,0	18,7	5,9	4,9	62,1	69,1	68,0	74,0	5,6	100,0	98,4
Ceará	33,1	32,6	4,0	2,2	62,7	60,3	66,7	62,5	3,4	99,8	98,5
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>39,8</b>	<b>38,7</b>	<b>6,8</b>	<b>3,5</b>	<b>53,4</b>	<b>42,1</b>	<b>60,2</b>	<b>45,6</b>	<b>14,2</b>	<b>100,0</b>	<b>98,4</b>
Paraíba	38,4	43,9	5,6	3,4	55,7	46,2	61,3	49,6	4,6	99,7	98,2
Pernambuco	38,4	40,4	6,3	4,9	54,9	48,9	61,2	53,8	4,8	99,5	99,0
Alagoas	28,7	25,5	7,1	3,6	64,0	62,5	71,1	66,2	6,8	99,8	98,6
Sergipe	30,7	29,0	6,2	4,5	62,7	61,9	68,9	66,4	3,0	99,6	98,4
Bahia	21,4	18,3	22,8	9,2	55,2	65,1	78,0	74,3	6,5	99,4	99,2
<b>Nordeste</b>	<b>30,6</b>	<b>29,6</b>	<b>11,3</b>	<b>5,5</b>	<b>57,7</b>	<b>58,0</b>	<b>69,0</b>	<b>63,4</b>	<b>5,7</b>	<b>99,6</b>	<b>98,7</b>
Minas Gerais	45,0	58,2	10,7	7,5	44,0	29,9	54,6	37,5	3,4	99,7	99,0
Espírito Santo	39,3	45,2	9,9	7,1	50,0	43,8	60,0	50,9	2,7	99,3	98,8
Rio de Janeiro	57,1	56,6	10,6	9,5	32,1	29,7	42,6	39,1	3,3	99,7	99,1
São Paulo	64,6	73,4	6,5	4,8	27,9	17,4	34,3	22,2	3,5	98,9	99,1
<b>Sudeste</b>	<b>58,2</b>	<b>66,5</b>	<b>8,2</b>	<b>6,2</b>	<b>32,8</b>	<b>22,9</b>	<b>41,0</b>	<b>29,2</b>	<b>3,4</b>	<b>99,2</b>	<b>99,1</b>
Paraná	70,9	81,9	3,2	2,5	25,0	9,4	28,2	11,9	5,5	99,1	99,3
Santa Catarina	85,3	85,1	2,5	1,9	11,6	2,8	14,1	4,7	9,6	99,5	99,4
Rio Grande do Sul	81,5	87,9	5,5	3,9	12,7	3,4	18,2	7,3	4,6	99,6	99,7
<b>Sul</b>	<b>78,5</b>	<b>84,9</b>	<b>3,8</b>	<b>2,9</b>	<b>17,1</b>	<b>5,4</b>	<b>20,9</b>	<b>8,3</b>	<b>6,3</b>	<b>99,4</b>	<b>99,5</b>
Mato Grosso do Sul	48,5	54,5	6,3	3,5	43,6	33,6	49,9	37,1	6,5	98,4	98,1
Mato Grosso	42,8	39,6	10,9	5,4	45,3	47,0	56,3	52,5	6,5	99,1	98,7
Goiás	38,7	49,3	7,5	4,7	53,0	39,8	60,6	44,4	4,2	99,2	97,8
Distrito Federal	40,9	55,6	7,7	3,9	50,8	35,7	58,5	39,6	3,5	99,5	98,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>41,7</b>	<b>49,8</b>	<b>8,1</b>	<b>4,4</b>	<b>49,4</b>	<b>39,2</b>	<b>57,4</b>	<b>43,6</b>	<b>4,9</b>	<b>99,1</b>	<b>98,3</b>
<b>Brasil</b>	<b>54,7</b>	<b>61,2</b>	<b>7,8</b>	<b>5,2</b>	<b>36,9</b>	<b>28,1</b>	<b>44,7</b>	<b>33,3</b>	<b>4,5</b>	<b>99,3</b>	<b>99,0</b>

Fonte: IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa x-olap). Tabulações LAESER

Nota 1: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico.

Nota 2: na PNAD, a temporalidade dos indicadores corresponde ao mês de setembro. Na RAIS, foram selecionados os empregados em 31/12.

Nota 3: no total, a diferença para 100,0 decorre da participação dos trabalhadores celetistas que foram declarados amarelos e indígenas

Nota 4: Raça/cor ignorada compreende Sem declaração de raça/cor ou ignorada.

Na tabela 5, pode-se ver o modo pelo qual os grupos de Raça/Cor estão distribuídos pelas unidades da Federação segundo as bases de dados da RAIS e da PNAD. Mais uma vez, os dados cobrem apenas o ano de 2009.

Iniciando a análise pelo grupo sem declaração de cor ou raça ou cor ignorada, observou-se que o Sudeste

respondeu por 41,8% dos casos em todo o país. Em seguida, no que tange à contribuição dada para a omissão dos registros da variável Raça/Cor na RAIS vinham as regiões Sul (25,8%), Nordeste (19,6%), Centro-Oeste (8,0%) e Norte (4,8%).

Desagregando aquelas informações pelas unidades da

**Tabela 5. População ocupada com carteira assinada de acordo com a PNAD-IBGE e RAIS-MTE, segundo distribuição relativa dos grupos de cor ou raça selecionados pelas Unidades da Federação, Grandes Regiões, Brasil, 2009 (em %)**

Unidade da Federação/ Grande Região	Brancos		Pretos		Pardos		Pretos & Pardos		Raça/cor ignorada	Total	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	RAIS	PNAD	RAIS
Rondônia	0,4	0,4	0,7	0,4	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,6	0,6
Acre	0,1	0,1	0,2	0,1	0,5	0,4	0,4	0,3	0,7	0,2	0,2
Amazonas	0,5	0,4	0,3	0,3	2,4	2,7	2,0	2,3	0,8	1,2	1,1
Roraima	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Pará	0,9	0,6	1,7	1,2	3,7	4,2	3,3	3,7	1,3	2,0	1,7
Amapá	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2
Tocantins	0,2	0,2	0,4	0,3	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,4	0,3
Norte	<b>2,3</b>	<b>1,7</b>	<b>3,6</b>	<b>2,5</b>	<b>8,6</b>	<b>9,6</b>	<b>7,8</b>	<b>8,5</b>	<b>4,8</b>	<b>4,7</b>	<b>4,1</b>
Maranhão	0,7	0,4	2,3	1,3	2,2	2,3	2,2	2,1	0,9	1,4	1,0
Piauí	0,4	0,2	0,5	0,6	1,1	1,6	1,0	1,5	0,8	0,7	0,7
Ceará	1,7	1,5	1,4	1,2	4,8	6,0	4,2	5,2	2,1	2,8	2,8
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	1,0	0,7	1,7	1,6	1,6	1,5	3,4	1,2	1,1
Paraíba	0,7	0,6	0,7	0,6	1,4	1,5	1,3	1,3	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,0	2,0	2,3	2,9	4,3	5,4	4,0	5,0	3,3	2,9	3,1
Alagoas	0,5	0,4	0,8	0,6	1,6	2,1	1,4	1,8	1,4	0,9	0,9
Sergipe	0,4	0,3	0,6	0,6	1,2	1,5	1,1	1,4	0,5	0,7	0,7
Bahia	1,9	1,3	14,0	7,6	7,2	10,0	8,4	9,7	6,3	4,8	4,3
Nordeste	<b>9,1</b>	<b>7,5</b>	<b>23,7</b>	<b>16,1</b>	<b>25,5</b>	<b>31,9</b>	<b>25,2</b>	<b>29,4</b>	<b>19,6</b>	<b>16,3</b>	<b>15,5</b>
Minas Gerais	9,3	10,1	15,5	15,3	13,5	11,3	13,9	11,9	8,0	11,3	10,6
Espírito Santo	1,4	1,5	2,5	2,7	2,7	3,1	2,7	3,0	1,2	2,0	2,0
Rio de Janeiro	9,8	8,8	12,7	17,2	8,1	10,1	8,9	11,2	7,1	9,3	9,5
São Paulo	36,6	39,1	25,7	29,9	23,4	20,2	23,8	21,8	25,5	31,0	32,6
Sudeste	<b>57,2</b>	<b>59,5</b>	<b>56,4</b>	<b>65,2</b>	<b>47,7</b>	<b>44,7</b>	<b>49,2</b>	<b>47,9</b>	<b>41,8</b>	<b>53,7</b>	<b>54,8</b>
Paraná	8,8	8,9	2,8	3,2	4,6	2,2	4,3	2,4	8,2	6,8	6,7
Santa Catarina	7,4	6,9	1,5	1,8	1,5	0,5	1,5	0,7	10,7	4,7	5,0
Rio Grande do Sul	9,7	9,5	4,6	5,0	2,2	0,8	2,6	1,5	6,8	6,5	6,6
Sul	<b>25,8</b>	<b>25,4</b>	<b>8,9</b>	<b>10,0</b>	<b>8,3</b>	<b>3,5</b>	<b>8,4</b>	<b>4,5</b>	<b>25,8</b>	<b>18,0</b>	<b>18,3</b>
Mato Grosso do Sul	1,1	1,1	1,0	0,8	1,5	1,4	1,4	1,3	1,7	1,2	1,2
Mato Grosso	1,2	1,0	2,1	1,6	1,9	2,5	1,9	2,4	2,2	1,5	1,5
Goiás	2,1	2,2	2,9	2,4	4,3	3,8	4,1	3,6	2,5	3,0	2,7
Distrito Federal	1,2	1,8	1,5	1,4	2,1	2,5	2,0	2,3	1,5	1,6	1,9
Centro-Oeste	<b>5,6</b>	<b>6,0</b>	<b>7,6</b>	<b>6,2</b>	<b>9,8</b>	<b>10,2</b>	<b>9,4</b>	<b>9,6</b>	<b>8,0</b>	<b>7,3</b>	<b>7,3</b>
Brasil	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa X-Olap). Tabulações LAESER

Nota 1: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico.

Nota 2: na PNAD, a temporalidade dos indicadores corresponde ao mês de setembro. Na RAIS, foram selecionados os empregados em 31/12.

Nota 3: o total também inclui a participação dos trabalhadores celetistas que foram declarados amarelos e indígenas

Nota 4: Raça/cor ignorada compreende Sem declaração de raça/cor ou ignorada.

Federação, se observou que São Paulo, isoladamente, era responsável por uma em cada quatro faltas de registros para a informação Raça/Cor na RAIS. Ainda no que tange à omissão de registros sobre a variável Raça/Cor, o estado de Santa Catarina contribuiu com 10,7%; o de Minas Gerais com 8,0%; o do Paraná com 8,2%; o do Rio

de Janeiro com 7,1% e o do Rio Grande do Sul com 6,8%.

Quando se considera o conjunto dos trabalhadores empregados com carteira assinada e a forma pela qual se distribuíam relativamente pelo território nacional nas bases da RAIS e da PNAD, pode ser identificado

um comportamento fundamentalmente convergente. Assim, o Norte respondia por 4,1% dos ocupados, na RAIS, e por 4,7%, na PNAD. No Nordeste, essa proporção era de 16,3%, na RAIS, e de 15,5%, na PNAD. No Sudeste, a proporção era de 54,8%, na RAIS, e de 53,7%, na PNAD. No Sul, essa proporção era de 18,3%, na RAIS, e de 18,0%, na PNAD. Finalmente, no Centro-Oeste as proporções encontradas eram rigorosamente iguais em uma base e outra: 7,3%.

Segundo a RAIS 2009, os trabalhadores celetistas brancos se distribuíam da seguinte forma pelas cinco regiões geográficas brasileiras: Norte, 2,3%; Nordeste, 9,1%; Sudeste, 57,2%; Sul, 25,8% e Centro-Oeste, 5,6%. Já quando os mesmos dados são analisados através da PNAD do mesmo ano, verificava-se uma fundamental convergência com aquela outra fonte: Norte, 1,7%; Nordeste, 7,5%; Sudeste, 59,5%; Sul, 25,4% e Centro-Oeste, 6,0%. Ou seja, apesar de já ter ficado evidente que esse grupo de Raça/Cor, na RAIS, recebe uma quantidade extra de registros, esse problema não afetou a forma pela qual esse grupo se distribuía no território nacional, em ambas as bases de dados.

No caso dos trabalhadores celetistas pretos & pardos, a forma pela qual se dava a sua distribuição pelo território nacional obedecia a um movimento menos convergente. Assim, da base da RAIS 2009, o Norte respondia por 8,5%; o Nordeste por 29,4%; o Sudeste por 47,9%; o Sul por 4,5% e o Centro-Oeste por 9,6%. Já quando a mesma informação era analisada através da PNAD do mesmo ano, a distribuição se dava da seguinte maneira: Norte, 7,8%, Nordeste, 25,2%, Sudeste, 49,2%, Sul, 8,4% e Centro-Oeste, 9,6%.

Como seria de se esperar, na medida em que alguma região apresente maior tendência de omitir a informação dos pretos & pardos, isso aumentará o peso relativo das regiões onde esse problema não se apresenta em igual magnitude. Esse problema fez que com os celetistas desse último grupo que trabalhavam, por exemplo, na região Sul apresentassem pesos relativos tão distintos de acordo com as bases da RAIS e da PNAD. De qualquer maneira, mesmo para esse último grupo de Raça/Cor foi encontrado um básico movimento convergente entre os dados de ambas as fontes de informações estatísticas.

É interessante buscar compreender porque apesar da composição de Raça/Cor do emprego celetista nas regiões geográficas ser tão distinta na RAIS e na PNAD,

quando se analisa a distribuição de cada grupo pelas regiões e unidades da Federação se encontram dados mais aproximados. Essa discrepância pode ser explicada por conta do impacto que os registros que foram evadidos, de um para o outro grupo, causaram sobre o somatório desses mesmos grupos de Raça/Cor.

Conforme visto, a diferença entre a PNAD e a RAIS no número de celetistas registrados enquanto brancos e pretos & pardos era, respectivamente, de - 2 milhões e de + 3,8 milhões de trabalhadores. Por outro lado, na PNAD, o número total de celetistas em 2009 foi de, respectivamente, cerca de 17,6 e 14,5 milhões de trabalhadores. Logo, em termos relativos, o efeito da evasão dos registros podia ser estimado em 11,2%, no caso dos brancos (sobrestimando o somatório desse grupo), e, em 26,0%, no caso dos pretos & pardos (subestimando o somatório desse grupo).

Assim, no caso dos trabalhadores brancos, o peso relativo dos sobre-registros no somatório total do grupo poderia não afetar, como de fato não afetou, o modo pelo qual ambas as bases captavam a distribuição desse contingente de Raça/Cor pelas cinco regiões geográficas. Já no caso dos celetistas pretos & pardos, o peso relativo dos sub-registros (cujos registros evadidos se distribuíram entre os brancos e os de cor ignorada) no somatório dos empregados, foi maior em termos absolutos e relativos. Com isso, os dados que mensuravam a distribuição desse grupo nas cinco regiões do país, através da PNAD e da RAIS, embora tivessem abrigado alguma convergência, foram menos coerentes. Não obstante, o peso relativo das evasões de registros não ocorreu com intensidade suficiente para alterar de forma mais grave o modo pelo qual os distintos grupos de cor ou raça se distribuíam pelas cinco regiões geográficas do país.

Outra informação relevante de ser analisada diz respeito ao modo pela qual a evasão de registros incide sobre os grupos dos que foram classificados como pretos e dos que foram classificados como pardos.

Da combinação dos dados analisados através das tabelas 4 e 5, quando se aborda a RAIS, parece que no Nordeste há maior possibilidade de perdas de registros dos pretos, vis-à-vis aos pardos. Isso, porque nessa última região, houve um movimento convergente nas bases de dados da PNAD e da RAIS no que tange ao peso desse grupo no conjunto dos trabalhadores celetistas pardos (respectivamente, 57,7% e 58,0%), o contrário ocorrendo com os pretos (respectivamente, 11,3% e 5,0%).

No Sudeste e no Sul, os pretos, comparativamente aos pardos, apresentaram maior probabilidade de ter sua Raça/Cor registrada na RAIS. Desse modo, segundo essa última fonte, o peso relativo dos pretos no interior da população celetista que trabalhava no Sudeste era de 6,2%, e no Sul, de 2,9%. De acordo com a PNAD, o peso relativo desse grupo de cor ou raça naquele contingente era, respectivamente, de 8,2% e de 3,8%. Já no caso dos pardos, a RAIS apontou peso relativo desse grupo de Raça/Cor de 22,9%, no Sudeste, e de 5,4%, no Sul. Todavia, quando o mesmo dado é analisado pelas lentes da PNAD, o peso relativo dos pardos na população celetista ampliava-se para 32,8%, no Sudeste, e para 17,1%, no Sul.

Na região Centro-Oeste, os celetistas pretos correspondiam a 4,4%, segundo a RAIS, e a 8,1%, de acordo com a PNAD. Já os pardos, respondiam por 39,2%, de acordo com a RAIS, e por 49,4%, segundo a PNAD. No Norte, os dados de participação relativa na população celetista tenderam a se aproximar para ambos os grupos, em uma e em outra base. No caso dos pretos, 3,2%, na RAIS, e 5,8%, na PNAD. No caso dos pardos, 65,2%, na RAIS, 67,2%, na PNAD. Na verdade, essa última região foi a que apresentou maior convergência, em uma e outra base, na participação relativa dos grupos de cor ou raça no contingente celetista total.

#### 4.d. Distribuição dos grupos de Raça/Cor por setor de atividade econômica (tabelas 6 e 7)

Na maioria dos setores de atividades analisados, o percentual de registros de trabalhadores sem a presença da variável Raça/Cor foi razoavelmente baixo. Assim, com a exceção da administração pública (aonde o peso relativo da subnotificação dessa variável chegou a quase 14%), esse percentual não superou a casa dos 5%.

Entretanto, se o problema da qualidade da variável Raça/Cor na RAIS não disse respeito ao peso relativo dos registros sem essa informação, o mesmo não se pode afirmar sobre o modo pelo qual os diferentes grupos se apresentaram dentro daquela variável. Ou seja, da comparação entre essa fonte de dados com a PNAD, voltou a se manifestar o mesmo viés branqueador já comentado anteriormente.

Na verdade, em todos os setores de atividade analisados os trabalhadores celetistas brancos aparecem com maior proporção na RAIS do que na PNAD. O setor agrícola foi onde se encontrou maior discrepância nesse sentido. Assim, a diferença chegou a mais de 18 pontos percentuais. Utilizando-se o mesmo raciocínio a diferença chegou a 8,7 pontos percentuais, no setor de alojamento e alimentação; a 7,8, na indústria; e a 7,5, na administração pública.

Por outro lado, caso se use a RAIS ou a PNAD, ao se analisar o peso relativo dos pretos & pardos dentro da população empregada com carteira assinada dividido

**Tabela 6. População ocupada com carteira assinada distribuída por setor de atividade econômica, de acordo com a PNAD-IBGE e RAIS-MTE, segundo participação relativa dos grupos de cor ou raça selecionados, Brasil, 2009 (em %)**

Setores de atividade	Brancos		Pretos		Pardos		Pretos & Pardos		Raça/cor ignorada	Total	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	RAIS	PNAD	RAIS
Agricultura	37,8	56,0	9,1	6,9	52,5	31,9	61,6	38,8	4,1	99,4	98,8
Indústria	57,1	64,9	7,1	5,2	35,2	24,7	42,3	29,8	4,5	99,4	99,1
Construção	40,6	45,9	11,1	7,1	47,9	41,0	59,0	48,1	4,9	99,6	98,9
Comércio	55,6	62,4	7,1	4,6	36,6	27,9	43,7	32,5	4,2	99,4	99,1
Alojamento e Alimentação	50,5	59,2	10,4	5,8	38,5	29,9	48,9	35,7	4,1	99,5	99,0
Transporte, armazenagem e comunicações	56,2	60,8	8,0	5,5	35,1	29,0	43,1	34,6	3,6	99,3	99,0
Administração Pública	57,9	65,4	7,0	2,5	34,3	17,3	41,2	19,8	13,7	99,1	98,9
Educação e Saúde	61,4	66,5	6,6	4,5	31,3	23,6	37,9	28,1	4,6	99,3	99,1
Outros Serviços	55,8	59,9	8,3	5,5	35,0	29,3	43,3	34,8	4,2	99,1	98,9
<b>Total</b>	<b>54,7</b>	<b>61,2</b>	<b>7,8</b>	<b>5,2</b>	<b>36,9</b>	<b>28,1</b>	<b>44,7</b>	<b>33,3</b>	<b>4,5</b>	<b>99,3</b>	<b>99,0</b>

Fonte: IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa X-Olap). Tabulações LAESER

Nota 1: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico.

Nota 2: na PNAD a temporalidade dos indicadores corresponde ao mês de setembro. Na RAIS foram selecionados os empregados em 31/12.

Nota 3: no total a diferença para 100,0 decorre da participação dos trabalhadores celetistas que foram declarados amarelos e indígenas

Nota 4: Raça/cor ignorada compreende Sem declaração de raça/cor ou ignorada.

**Tabela 7. População ocupada com carteira assinada distribuída por setor de atividade econômica, de acordo com a PNAD-IBGE e RAIS-MTE, segundo os grupos de cor ou raça selecionados, Brasil, 2009 (em %)**

Setores de atividade	Brancos		Pretos		Pardos		Pretos & Pardos		Raça/cor ignorada	Total	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS		PNAD	RAIS
Agricultura	3,6	4,2	6,1	6,0	7,4	5,2	7,2	5,3	4,1	5,2	4,6
Indústria	27,4	24,8	24,0	23,1	25,0	20,6	24,8	21,0	23,5	26,2	23,4
Construção	4,5	4,9	8,7	8,9	7,9	9,6	8,1	9,5	7,2	6,1	6,6
Comércio	22,8	24,3	20,3	20,7	22,2	23,7	21,9	23,2	22,5	22,4	23,8
Alojamento e Alimentação	3,8	4,2	5,5	4,8	4,3	4,6	4,5	4,6	4,0	4,1	4,3
Transporte, armazenagem e comunicações	7,5	6,5	7,4	6,9	6,9	6,7	7,0	6,8	5,2	7,3	6,5
Administração Pública	2,1	2,0	1,8	0,9	1,9	1,1	1,9	1,1	5,7	2,0	1,9
Educação e Saúde	11,0	8,9	8,3	7,0	8,3	6,9	8,3	6,9	8,4	9,8	8,2
Outros Serviços	17,3	20,2	17,9	21,7	16,0	21,6	16,4	21,6	19,4	16,9	20,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa X-Olap). Tabulações LAESER

Nota 1: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico.

Nota 2: na PNAD, a temporalidade dos indicadores corresponde ao mês de setembro. Na RAIS, foram selecionados os empregados em 31/12.

Nota 3: o total também inclui a participação dos trabalhadores celetistas que foram declarados amarelos e indígenas

Nota 4: Raça/cor ignorada compreende Sem declaração de raça/cor ou ignorada.

pelo conjunto de setores de atividades econômicas, pode-se observar grandes diferenças. Assim, a diferença chegou a mais de 18 pontos percentuais. Utilizando-se o mesmo raciocínio a diferença chegou a 8,7 pontos percentuais, no setor de alojamento e alimentação; a 7,8, na indústria; e a 7,5, na administração pública.

Coerentemente, ao se analisar o peso relativo dos pretos & pardos dentro da população empregada com carteira assinada no conjunto de setores de atividades econômicas, mais uma vez, pode-se observar grandes diferenças. Assim, considerando a PNAD como a referência de validação dos dados, as informações da RAIS geraram uma subestimativa daquele grupo na ordem de 22,9 pontos percentuais, no setor agrícola; de 21,4, na administração pública; de 13,3 no setor de alojamento e alimentação e de 12,5, na indústria.

Quando se estuda o comportamento da distribuição dos grupos de Raça/Cor pelos setores de atividades, com exceção dos outros serviços, encontra-se uma certa coerência entre os dados gerados através da RAIS e os da PNAD. Essa informação é válida tanto para os brancos, como para os pretos & pardos. O entendimento desse último resultado pode ser obtido à luz do que foi visto acima,

quando foi discutido o comportamento fundamentalmente convergente daquelas duas fontes ao se analisar a distribuição dos grupos de cor ou raça pelas cinco regiões geográficas do país.

#### 4.e. Desigualdade de Raça/Cor em termos salariais (tabela 8)

O último exercício a ser realizado será sobre as diferenças salariais encontradas entre brancos e pretos & pardos, a partir da mobilização de uma e de outra fonte de informações.

O fato de a RAIS gerar informações sobre o salário dos empregados celetistas mais completas do que a PNAD pode fazer com que, ao final, o rendimento naquela primeira fonte seja mais elevado do que na primeira. Isso ocorre porque na fonte do MTE o registro do salário do empregado é realizado pelas próprias empresas, que geram as informações a partir de seus próprios cadastros<sup>4</sup>. Já na fonte do IBGE, a informação é produzida pelo próprio entrevistado a partir de seus registros pessoais ou memória sobre essa informação.

Realmente, a RAIS apresenta níveis de remuneração mais elevados que a PNAD. Assim, no ano de 2009, a

<sup>4</sup> Para uma análise mais pormenorizada de como é construída a variável de rendimento do trabalho nas estatísticas do MTE e do IBGE recomenda-se a leitura do "Tempo em Curso" de dezembro de 2011.



**Tabela 8. Rendimento do trabalho da população ocupada com carteira assinada de acordo com a PNAD-IBGE e RAIS-MTE, segundo os grupos de cor ou raça selecionados e sexo, Grandes Regiões, Brasil, 2009 (em R\$)**

		Branco		Preto e Pardo		Total		Diferença no rendimento (Branco/Preto & Pardo)	
		RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD
Homens	Norte	1390,51	1026,65	1061,37	916,07	1142,76	942,60	31,0	12,1
	Nordeste	1223,57	1144,04	891,93	807,21	1000,35	900,96	37,2	41,7
	Sudeste	1750,69	1526,00	1212,92	1015,99	1594,27	1301,20	44,3	50,2
	Sul	1330,49	1305,37	1084,81	938,99	1298,20	1219,96	22,6	39,0
	Centro-Oeste	1404,37	1308,84	1069,28	986,49	1230,35	1116,00	31,3	32,7
	Total	<b>1578,39</b>	<b>1408,76</b>	<b>1084,12</b>	<b>944,03</b>	<b>1398,27</b>	<b>1184,53</b>	<b>45,6</b>	<b>49,2</b>
Mulheres	Norte	1083,86	898,07	877,19	768,02	937,68	810,18	23,6	16,9
	Nordeste	1011,63	996,15	778,29	693,90	860,68	804,06	30,0	43,6
	Sudeste	1304,63	1143,41	884,00	801,31	1199,27	1016,07	47,6	42,7
	Sul	974,39	973,74	775,74	702,12	954,72	925,78	25,6	38,7
	Centro-Oeste	1155,30	1149,55	874,55	809,27	1031,47	963,62	32,1	42,0
	Total	<b>1184,76</b>	<b>1078,47</b>	<b>847,14</b>	<b>765,05</b>	<b>1081,99</b>	<b>953,86</b>	<b>39,9</b>	<b>41,0</b>
Ambos os sexos	Norte	1279,71	978,00	1004,60	873,72	1076,46	901,47	27,4	11,9
	Nordeste	1142,87	1086,12	855,98	772,98	953,34	869,02	33,5	40,5
	Sudeste	1575,44	1374,56	1102,30	945,11	1445,90	1196,12	42,9	45,4
	Sul	1185,13	1167,92	976,54	860,11	1159,77	1103,08	21,4	35,8
	Centro-Oeste	1311,28	1249,15	1008,32	928,62	1161,86	1063,16	30,0	34,5
	Total	<b>1423,22</b>	<b>1277,06</b>	<b>1006,75</b>	<b>886,86</b>	<b>1281,20</b>	<b>1100,81</b>	<b>41,4</b>	<b>44,0</b>

Fonte: IBGE, microdados PNAD; MTE, RAIS (dados gerados a partir do programa X-Olap). Tabulações LAESER

Nota 1: em ambas as bases foram selecionados trabalhadores celetistas com exceção daqueles ocupados no emprego doméstico.

Nota 2: na PNAD, a temporalidade dos indicadores corresponde ao mês de setembro. Na RAIS, foram selecionados os trabalhadores empregados em 31/12.

Nota 3: na PNAD, a variável de rendimento corresponde ao rendimento do trabalho principal mensal. Na RAIS, o mesmo indicador corresponde à remuneração média do trabalhador.

Nota 4: o total também inclui a participação dos trabalhadores celetistas de cor ou raça sem declaração e ignorada, e, os que foram declarados amarelos e indígenas

primeira fonte apresentava salários médios para o conjunto dos trabalhadores 16,4% superior que a segunda.

De qualquer forma, o fato do rendimento salarial médio da RAIS ser maior do que o verificado na PNAD não se expressou em maiores assimetrias de cor ou raça. Assim, em 2009, de acordo com a PNAD a diferença na remuneração média dos brancos de ambos os sexos, em comparação a dos pretos & pardos de ambos os sexos, foi de 44,0%. Já na RAIS, essa mesma desigualdade foi de 41,4%.

Também quando desagregado pelos grupos de sexo, as desigualdades de cor ou raça acima voltaram a se expressar em ambas as bases. Porém, essas foram maiores quando mensuradas pela PNAD, do que quando contabilizadas pela RAIS.

Assim, no caso dos homens, segundo a PNAD, os brancos recebiam 49,2% a mais que os pretos & pardos. Já segundo a RAIS, essa diferença seria de 45,6%. No contingente feminino, na comparação entre as trabalhadoras brancas e pretas & pardas, a PNAD apresentava diferença de 41,0%, ao passo que a RAIS gerava desigualdades de 39,9%.

A PNAD, em comparação com a RAIS, gerava maiores assimetrias de rendimento entre brancos e pretos & pardos em todas as regiões, com exceção do Norte. Nesse sentido, não deixa mesmo de ser interessante lembrar que essa região foi onde ocorreu maior aproximação dos dados RAIS e a PNAD em termos da composição da população segundo os grupos de cor ou raça, especialmente quando se desagregava os dados dos brancos, dos pretos e dos pardos.

À luz daquelas informações, o fato das assimetrias de cor ou raça serem maiores na PNAD do que na RAIS, deixa sugerido que, nessa última base, por ocorrer possíveis migrações de registros de indivíduos de cor ou raça preta & parda para o grupo branco, tal fenômeno atue como um efeito mitigador das desigualdades de cor ou raça no que tange aos salários. Assim, na PNAD, onde esse efeito não se faria presente, hipoteticamente, as desigualdades acabariam se apresentando mais intensas do que naquela fonte do MTE.

Não obstante, deve ser salientado que, a despeito de seus evidentes limites no que tange à qualidade dos indicadores desagregados pela variável Raça/Cor; no que tange às assimetrias entre os diferentes grupos, a RAIS, tal como a PNAD, também consegue expressar a existência de desigualdades, sendo tal realidade presente em todas as regiões do país e em ambos os grupos de sexo. Essa constatação reforça a ideia de que há algum grau mínimo de realismo na RAIS quando da mensuração das desigualdades de Raça/Cor em termos das médias salariais.

### **Comentários finais**

O estudo realizado sobre a base de dados da RAIS mostrou que se essa base de informações, no que tange o movimento do mercado de trabalho formal no país, abriga ampla comparabilidade com as bases do IBGE, por outro lado, no estudo específico do compor-

tamento dos indicadores dos grupos de cor ou raça (ou de Raça/Cor), ainda terá um longo caminho a ser percorrido no sentido de seu aprimoramento.

O problema não residiu tanto em relação à proporção dos registros que não tiveram dados sobre a variável Raça/Cor, mas, sim, de um evidente viés branqueador da base. Na comparação entre a RAIS e a PNAD, ficou nítido que a fonte gerada pelo MTE estava sujeita à perda de registros de pessoas pretas & pardas que, assim, passavam a ser identificadas, por quem as identificava, ou enquanto brancas, ou a sem classificação nenhuma. Com isso, no que diz respeito ao comportamento dos indicadores dos grupos de Raça/Cor no mercado de trabalho formal do país, essa base de dados, inevitavelmente, acabava perdendo qualidade.

Por outro lado, a despeito dos tantos problemas, puderam ser encontradas algumas convergências entre a base de dados do IBGE e do MTE. Esse foi o caso da distribuição da população trabalhadora celetista segundo os grupos de cor ou raça entre as regiões do país e pelos setores de atividades econômicas, em que pese o já comentado problema da evasão dos registros de um para o outro grupo de Raça/Cor. Finalmente, apesar de ter ficado sugerido que a RAIS expressava as desigualdades de cor ou raça em termos salariais de forma subestimada (isso na comparação com a PNAD), ainda assim não deixa de depor a favor daquela base que as já conhecidas assimetrias lograssem ser efetivamente espelhadas naquela fonte.

## Tempo em Curso

### Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão,  
Irene Rossetto,  
Elisa Monçores e  
Guilherme Câmara

### Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto  
Giaccherino  
Elisa Alonso Monçores

### Bolsista de iniciação científica

Guilherme Câmara

### Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco  
Velasco Austin

### Editoração eletrônica

Maraca Design

### Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

### Equipe LAESER / IE / UFRJ

### Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

### Pesquisadores Assistentes

Prof º Cleber Lázaro Julião Costa  
Elisa Alonso Monçores  
Irene Rossetto Giaccherino

### Colaboradores

Profª Azoilda Loretto  
Prof º José Jairo Vieira

### Bolsistas de iniciação científica

Danielle Oliveira (PIBIC – CNPq)  
Elaine Carvalho (Fundação Ford)  
Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)